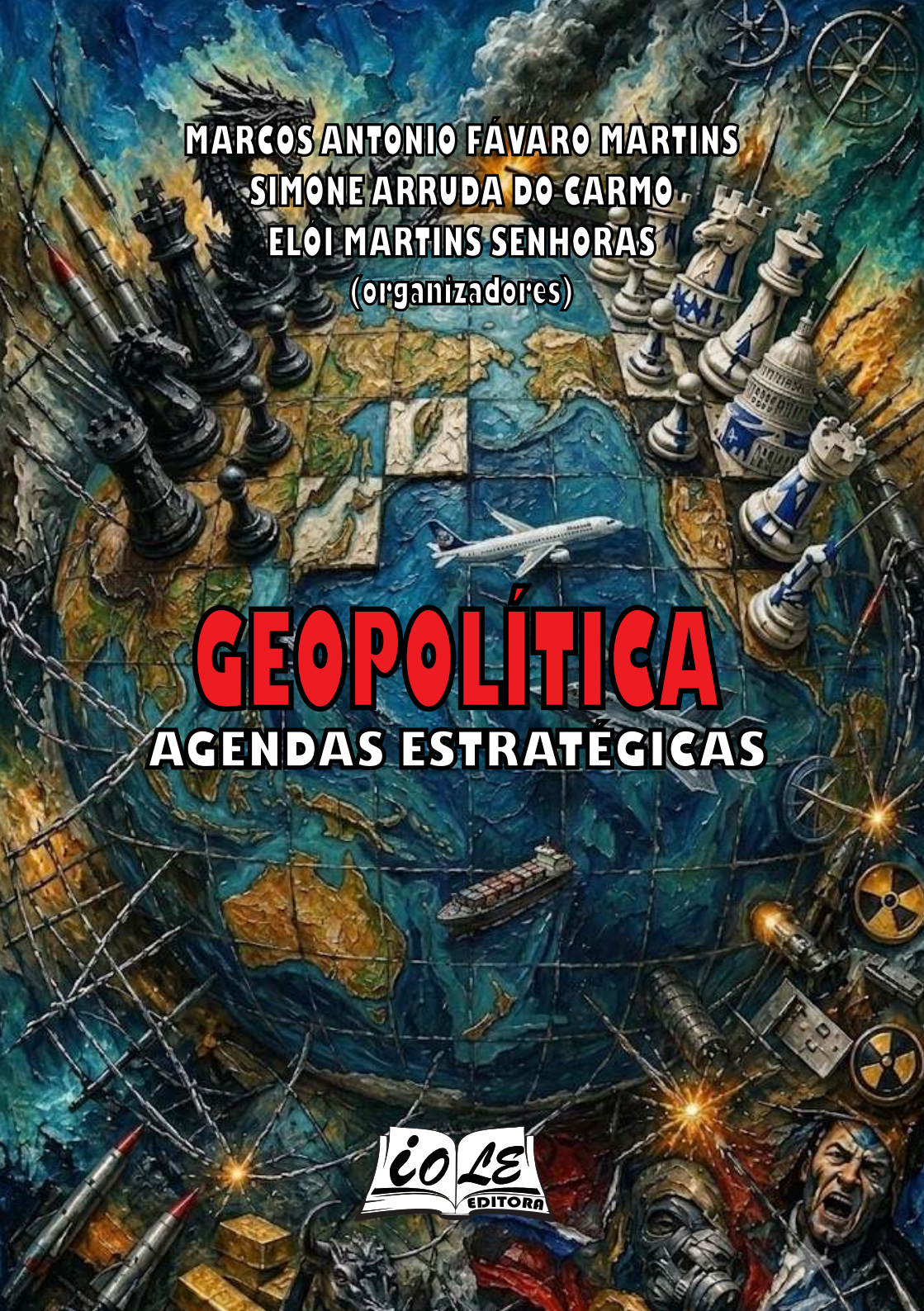
MARCOS ANTONIO FÁVARO MARTINS
SIMONE ARRUDA DO CARMO
ELÓI MARTINS SENHORAS
(organizadores)

GEOPOLÍTICA

AGENDAS ESTRATÉGICAS



EDITORA

GEOPOLÍTICA

Agendas Estratégicas

GEOPOLÍTICA

Agendas Estratégicas

MARCOS ANTONIO FÁVARO MARTINS
SIMONE ARRUDA DO CARMO
ELÓI MARTINS SENHORAS
(organizadores)

BOA VISTA/RR
2026

Editora IOLE

Todos os direitos reservados.
A reprodução não autorizada desta publicação, no todo ou em parte, constitui violação dos direitos autorais (Lei n. 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

EXPEDIENTE

Revisão
Elói Martins Senhoras
Geane Ribeiro Silva Monteiro

Capa
Alokike Gael Chloe Hounkonnou
Elói Martins Senhoras

Projeto Gráfico e Diagramação
Elói Martins Senhoras
Balbina Líbia de Souza Santos

Conselho Editorial
Abigail Pascoal dos Santos
Charles Pennaforte
Claudete de Castro Silva Vitte
Elói Martins Senhoras
Fabiano de Araújo Moreira
Julio Burdman
Marcos Antônio Fávaro Martins
Rozane Pereira Ignácio
Patrícia Nasser de Carvalho
Simone Rodrigues Batista Mendes
Vitor Stuart Gabriel de Pieri

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO-NA-PUBLICAÇÃO (CIP)

Ma3 MARTINS, Marcos Antonio Fávaro; CARMO, Simone Arruda; SENHORAS, Elói Martins (organizadores).

Geopolítica: Agendas Estratégicas. Boa Vista: Editora IOLE, 2026.

Série: Geografia. Editor: Elói Martins Senhoras.

ISBN: 978-65-979656-9-4

1 - Estudos de Caso. 2 - Geografia. 3 - Geopolítica. 4 - Teoria.
I - Título. II - Martins, Marcos Antonio Fávaro. III - Geografia. IV - Série

CDD–900

A exatidão das informações, conceitos e opiniões é de exclusiva responsabilidade dos autores.
O presente livro contou com avaliação às cegas no sistema double-blind-review.

EDITORIAL

A editora IOLE tem o objetivo de divulgar a produção de trabalhos intelectuais que tenham qualidade e relevância social, científica ou didática em distintas áreas do conhecimento e direcionadas para um amplo público de leitores com diferentes interesses.

As publicações da editora IOLE têm o intuito de trazer contribuições para o avanço da reflexão e das práxis em diferentes áreas do pensamento e para a consolidação de uma comunidade de autores comprometida com a pluralidade do pensamento e com uma crescente institucionalização dos debates.

O conteúdo produzido e divulgado neste livro é de inteira responsabilidade dos autores em termos de forma, correção e confiabilidade, não representando discurso oficial da editora IOLE, a qual é responsável exclusivamente pela editoração, publicação e divulgação da obra.

Concebido para ser um material com alta capilarização para seu potencial público leitor, o presente livro da editora IOLE é publicado nos formatos impresso e eletrônico a fim de propiciar a democratização do conhecimento por meio do livre acesso e divulgação das obras.

Prof. Dr. Elói Martins Senhoras

(Editor Chefe)

Copyright © Editora IOLE
2026

CAPÍTULO 2

A Presença Econômica da China como Instrumento Geopolítico na América Latina e Caribe

A PRESENÇA ECONÔMICA DA CHINA COMO INSTRUMENTO GEOPOLÍTICO NA AMÉRICA LATINA E CARIBE

Charles Serra Tabarin[1]

A ordem internacional contemporânea atravessa um período de importantes transformações, marcado pela redução relativa da centralidade econômica dos Estados Unidos, pela ascensão de novos polos de poder e pelo aprofundamento das disputas por mercados, recursos naturais, infraestruturas e tecnologias. Essas mudanças não significam o desaparecimento da hegemonia estadunidense, uma vez que o país preserva considerável poder econômico, financeiro, tecnológico, militar e cultural. Entretanto, indicam uma distribuição mais complexa das capacidades de atuação no sistema internacional, na qual outras potências passaram a ocupar espaços anteriormente concentrados nos Estados Unidos e nas demais nações centrais do Ocidente.

Entre essas potências, a República Popular da China apresenta o movimento de ascensão mais expressivo. A expansão de sua economia, a consolidação de sua capacidade industrial e tecnológica e o crescimento de suas relações comerciais e financeiras produziram alterações na geografia econômica mundial. O país asiático tornou-se um importante mercado consumidor de matérias-primas, um dos principais exportadores de produtos manufaturados e um relevante financiador de projetos de infraestrutura. Com isso, sua atuação externa passou a alcançar

[1] Doutorando e mestre em Geografia pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). E-mail para contato: charles.serrat@gmail.com

regiões historicamente integradas às áreas de influência de outras potências, entre elas a América Latina e Caribe.

A região latino-americana e caribenha apresenta particular importância para essa análise. Sua inserção internacional foi constituída por relações de dependência que se alteraram ao longo do tempo, mas preservaram elementos estruturais associados à exportação de produtos primários, à vulnerabilidade externa e à subordinação tecnológica. Após o predomínio britânico no século XIX, os Estados Unidos consolidaram a região como parte de seu entorno estratégico, ampliando sua influência econômica, política e militar. No século XXI, contudo, o crescimento das relações com a China introduziu um novo elemento nessa configuração, sobretudo na América do Sul.

O avanço chinês pode ser observado no comércio exterior, nos investimentos, nos financiamentos e na participação em obras de infraestrutura, energia, mineração, transportes e telecomunicações. A Iniciativa Cinturão e Rota, lançada em 2013, aprofundou esse processo ao integrar parte expressiva dos países latino-americanos e caribenhos à estratégia internacional chinesa de conectividade. Ao mesmo tempo, a China passou a ocupar a posição de principal ou segundo parceiro comercial de diferentes economias da região, demandando produtos agrícolas, minerais e energéticos e fornecendo bens industrializados, equipamentos e tecnologias.

Todavia, o aumento dessas relações não deve ser interpretado automaticamente como demonstração de influência geopolítica. O comércio, os investimentos e os financiamentos permitem identificar uma presença econômica crescente e podem gerar recursos de poder, particularmente quando criam vínculos concentrados e de difícil substituição. A influência política, entretanto, exige a observação de efeitos mais concretos, como alterações nas escolhas diplomáticas, nas políticas públicas, na administração de infraestruturas

estratégicas ou nos posicionamentos dos governos diante das disputas entre as grandes potências.

Essa distinção é necessária também para evitar que a expansão chinesa seja apresentada como resultado de uma ação coordenada do BRICS+. Embora a China seja o membro economicamente mais relevante do agrupamento, suas relações comerciais, seus investimentos e a Iniciativa Cinturão e Rota correspondem principalmente a estratégias nacionais e bilaterais. O BRICS+ participa do contexto mais amplo de contestação da ordem internacional e de fortalecimento do Sul Global, mas não conduz uma política comercial conjunta para a América Latina e Caribe. A centralidade adquirida pela China deve, portanto, ser analisada em sua especificidade.

Diante disso, o capítulo busca responder à seguinte questão: em que medida a ampliação da presença econômica chinesa na América Latina e Caribe pode constituir um instrumento de projeção geopolítica e quais dependências e assimetrias são produzidas por essa aproximação? Parte-se da hipótese de que a China contribui para a diversificação das relações externas da região e para a redução relativa da predominância econômica dos Estados Unidos, mas o padrão das trocas estabelecidas reproduz elementos históricos da Divisão Internacional do Trabalho. A presença chinesa amplia sua capacidade potencial de barganha e influência, porém não gera alinhamento político de maneira automática ou homogênea.

O estudo possui caráter qualitativo e quantitativo. A análise bibliográfica fundamenta-se na Análise do Sistema-Mundo, na Teoria da Dependência e nas interpretações sobre as mudanças da ordem internacional. Os dados comerciais foram obtidos principalmente no *Atlas of Economic Complexity*, do *Growth Lab* da Universidade de Harvard, sendo complementados por informações do *Observatory of Economic Complexity*, da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe e do Banco Mundial. O recorte

compreende os anos de 2000 a 2024, utilizando 2023 como último ano comparável em parte das séries agregadas. As importações e exportações foram somadas para a obtenção do volume total de comércio. Ademais, considerou-se a China continental separadamente de Hong Kong e Macau, de maneira a impedir que territórios com registros comerciais próprios fossem incorporados automaticamente aos resultados chineses.

O capítulo está organizado em cinco partes, além desta introdução. Inicialmente, discute-se a ascensão chinesa no processo de reconfiguração do Sistema-Mundo. Em seguida, diferencia-se presença econômica, capacidade de pressão e influência geopolítica. A terceira parte analisa a evolução do comércio entre a China e a América Latina e Caribe e suas diferenças sub-regionais. Posteriormente, examinam-se os efeitos dessa aproximação sobre a estrutura produtiva regional e a permanência da dependência. Por fim, a Iniciativa Cinturão e Rota é abordada como uma dimensão territorial da projeção chinesa, antecedendo uma reflexão sobre as oportunidades, contradições e limites dessa relação.

A ASCENSÃO CHINESA, RECONFIGURAÇÃO DO SISTEMA-MUNDO E INFLUÊNCIA GEOPOLÍTICA

A compreensão da presença chinesa na América Latina e Caribe exige situá-la nas transformações mais amplas da economia-mundo capitalista. A hegemonia não se restringe à superioridade militar ou ao tamanho de uma economia, sendo constituída pela articulação entre capacidade produtiva, controle financeiro, liderança tecnológica, poder político e construção de consensos (MATHIAS, 2015). Dessa forma, a redução relativa da participação dos Estados Unidos em determinadas dimensões não representa uma substituição imediata de hegemonias, mas sinaliza o

aprofundamento de uma disputa pela organização da ordem internacional.

Arrighi (1996) interpreta a história do capitalismo a partir de ciclos sistêmicos de acumulação, nos quais diferentes centros de poder alcançaram posições hegemônicas e posteriormente atravessaram processos de crise. Os ciclos são encerrados quando "a expansão de outros Estados começou a rivalizar com a sua preponderância no sistema mundial" (PAGOT; JARDIM, 2014, p. 132). Essas transições foram longas, conflitivas e marcadas pela sobreposição entre potências em declínio e centros emergentes. A ascensão chinesa ocorre em um período no qual as bases produtivas da economia internacional se deslocaram parcialmente para a Ásia, enquanto os Estados Unidos conservaram o predomínio financeiro, monetário e militar. O resultado não é uma simples troca de posições, mas uma ordem mais disputada e atravessada por formas distintas de poder.

Em *Adam Smith em Pequim*, Arrighi (2008) atribui particular importância ao desenvolvimento chinês e à possibilidade de formação de um século asiático. Para o autor, a trajetória da China não repetiria necessariamente as formas de expansão territorial e militar que caracterizaram a ascensão das potências ocidentais. Seu crescimento estaria mais relacionado ao fortalecimento produtivo, à centralidade comercial e à reorganização das relações econômicas internacionais. Ainda que os desdobramentos posteriores exijam cautela em relação a essa interpretação, a atuação chinesa de fato se apoia predominantemente em instrumentos econômicos, tecnológicos, financeiros e diplomáticos.

Wallerstein (2004; 2005), por sua vez, permite compreender que a mobilidade dos Estados ocorre no interior de uma estrutura hierarquizada entre centro, semiperiferia e periferia. A ascensão de uma potência não elimina essa estrutura e pode, inclusive, reproduzir relações desiguais com os espaços periféricos. O crescimento da

China modificou sua posição no Sistema-Mundo, aproximando-a das funções exercidas pelos países centrais em setores produtivos, tecnológicos e financeiros. Entretanto, isso não significa que sua atuação externa produza, por si só, relações mais igualitárias com os demais países do Sul Global.

Dessa forma, a China apresenta uma posição dúbia, já que ao mesmo tempo em que questiona elementos da ordem liderada pelo Ocidente, integra-se profundamente ao capitalismo internacional e se beneficia das diferenças existentes entre centro e periferia. Sua capacidade industrial permite importar produtos primários e exportar bens de maior valor agregado, apropriando-se de parcelas mais elevadas do valor produzido nas cadeias globais. Assim, o país pode atuar como força de contestação da concentração ocidental do poder sem necessariamente romper com as estruturas desiguais que sustentam a economia-mundo.

Fiori (2009) compreende a competição interestatal como elemento permanente do sistema e destaca que determinadas potências utilizam os períodos de transformação para executar estratégias de aproximação em relação às economias líderes. A ascensão chinesa pode ser interpretada a partir dessa dinâmica: o país ampliou sua capacidade produtiva, financeira, tecnológica e militar e passou a disputar posições na hierarquia internacional. A expansão de sua presença em diferentes regiões do mundo constitui, nesse sentido, parte de um movimento de fortalecimento nacional e de ampliação de suas margens de poder.

Essa expansão adquire relevância geopolítica porque não se limita ao aumento das exportações, uma vez que o país passou a participar do financiamento de infraestruturas, da exploração de recursos estratégicos, da produção de energia e da construção de redes digitais. Portos, ferrovias, sistemas de transmissão elétrica, redes de telecomunicações e cadeias de minerais críticos apresentam valor econômico, mas também territorial e estratégico.

A América Latina e Caribe se insere nesse processo como região dotada de grandes reservas minerais, potencial energético, produção agrícola e mercados consumidores relevantes. A disponibilidade de lítio, cobre, minério de ferro, petróleo, soja e outros produtos essenciais ao crescimento chinês contribuiu para o aprofundamento das relações. Ao mesmo tempo, as carências de infraestrutura e financiamento existentes na região abriram espaço para a participação de bancos, empresas e capitais chineses.

Entretanto, a região não constitui um território passivo sobre o qual as grandes potências simplesmente projetam seus interesses. Os governos latino-americanos também procuram diversificar parceiros, obter investimentos e ampliar suas margens de negociação diante dos Estados Unidos e das instituições financeiras tradicionais. A aproximação com a China resulta, portanto, da convergência entre interesses chineses e estratégias nacionais dos países da região, ainda que essa relação ocorra entre atores com capacidades profundamente desiguais.

Essa desigualdade conduz a uma das contradições centrais analisadas neste capítulo. A ampliação das relações com a China pode reduzir a dependência exclusiva em relação aos Estados Unidos, oferecendo novos mercados e fontes de financiamento. Todavia, quando o vínculo se concentra na exportação de poucos produtos primários e na importação de manufaturas e tecnologias, a diversificação dos parceiros não corresponde necessariamente à diversificação da estrutura produtiva. Pode haver, assim, uma mudança na direção geográfica dos fluxos sem uma transformação equivalente da posição ocupada pela América Latina e Caribe na Divisão Internacional do Trabalho.

A relação entre economia e geopolítica não ocorre de maneira automática. Os fluxos comerciais, financeiros e produtivos formam parte da base material do poder dos Estados, mas sua existência não comprova, isoladamente, que um país consiga

determinar as decisões de outro. Uma análise que transforme qualquer crescimento econômico em influência política corre o risco de desconsiderar a autonomia dos governos, a competição entre diferentes atores e as circunstâncias internas que orientam as escolhas nacionais.

Para evitar essa equivalência, propõe-se diferenciar três dimensões: presença econômica, capacidade potencial de pressão e influência geopolítica efetiva. A presença econômica corresponde à extensão das relações materiais estabelecidas por um país em determinado território. Ela pode ser identificada por meio do comércio, dos investimentos, dos financiamentos, da atuação empresarial e da participação em infraestruturas. Trata-se de uma condição observável, mas que ainda não demonstra os efeitos políticos do vínculo.

A capacidade potencial de pressão ou barganha surge quando a relação econômica se torna assimétrica, concentrada e pouco substituível. Um país que depende de determinado mercado para absorver parcela significativa de suas exportações pode tornar-se vulnerável à interrupção das compras, assim como a dependência de financiamentos, tecnologias e infraestruturas administradas por empresas estrangeiras.

Já a influência geopolítica efetiva exige uma demonstração adicional. Ela ocorre quando a capacidade existente interfere nas decisões do outro Estado, altera suas opções ou favorece posicionamentos desejados pela potência externa. Essa influência pode aparecer em votos em organizações internacionais, reconhecimento diplomático, decisões sobre tecnologias estratégicas, adesão a iniciativas internacionais, concessões em infraestrutura ou alinhamentos em disputas entre potências. Mesmo nesses casos, a causalidade deve ser analisada com cautela, porque as decisões podem resultar de interesses domésticos, afinidades ideológicas ou estratégias autônomas de diversificação.

Essa separação contribui para uma leitura mais rigorosa da atuação chinesa. O crescimento do comércio com a América Latina e Caribe demonstra de maneira inequívoca a expansão da presença econômica da China. Em alguns países, a concentração das exportações no mercado chinês também pode produzir uma capacidade de pressão, sobretudo quando há dificuldade em encontrar compradores alternativos rapidamente para os mesmos produtos, o que não necessariamente se traduz em coerção política.

Além disso, a influência não é exercida com a mesma intensidade em toda a região. A América Latina e Caribe reúnem 33 Estados soberanos com estruturas econômicas, orientações políticas e relações externas distintas. Países sul-americanos exportadores de soja, cobre, minério de ferro ou petróleo apresentam vínculos com a China diferentes daqueles observados no México e na América Central, cujas economias são mais integradas aos Estados Unidos, como exposto adiante. A região também abriga países que mantêm relações diplomáticas com Taiwan, o que limita ou impede determinados vínculos oficiais com Pequim.

Outro elemento importante consiste na atuação das elites políticas e econômicas locais. A entrada de capitais, a assinatura de acordos e a construção de obras dependem de negociações com governos, empresas e grupos sociais da própria região. A presença chinesa pode ser utilizada por esses atores para ampliar exportações, financiar projetos ou negociar melhores condições com parceiros tradicionais. Assim, a relação não deve ser compreendida somente como imposição externa, mas como resultado de interesses que se articulam em diferentes escalas.

Mesmo assim, a desigualdade de capacidades permanece. A China possui maior poder de financiamento, um mercado consumidor de grande dimensão, empresas estatais internacionalizadas e domínio crescente de tecnologias estratégicas. Muitos países latino-americanos dependem da exportação de poucos

produtos e apresentam limitações fiscais e tecnológicas. Nessas condições, a possibilidade de negociação existe, mas ocorre dentro de uma relação assimétrica, na qual os custos de uma ruptura podem ser muito distintos para cada parte.

Compreende-se, portanto, a presença econômica chinesa como uma base material de projeção geopolítica. Essa formulação não presume que todo investimento seja orientado por uma finalidade política imediata, nem que todas as relações comerciais obedeçam a um comando centralizado do Estado chinês. Ela reconhece, contudo, que a densidade dos vínculos econômicos cria canais permanentes de interação, produz dependências e amplia a relevância da China nos cálculos estratégicos dos governos latino-americanos e caribenhos.

EXPANSÃO COMERCIAL CHINESA E DIFERENCIAÇÕES REGIONAIS

O comércio exterior constitui a dimensão mais visível da aproximação entre a China e a América Latina e Caribe. No início do século XXI, a participação chinesa nos fluxos regionais ainda era reduzida. Em 2000, a China continental respondia por aproximadamente 1,6% do comércio total da região, com volume próximo a US$ 11 bilhões. Em 2023, essa participação alcançou 16,24%, e o volume de importações e exportações somadas chegou a aproximadamente US$ 436 bilhões (GROWTH LAB, 2026).

O crescimento não representou o desaparecimento da centralidade estadunidense. Os Estados Unidos continuaram como o principal parceiro comercial da América Latina e Caribe em seu conjunto, com participação de 41,84% em 2023. Entretanto, esse percentual era de 52,09% em 2000. O volume absoluto do comércio

estadunidense também cresceu no período, ultrapassando US$ 1 trilhão em 2023, demonstrando que houve perda relativa de participação, e não uma retração geral dos vínculos econômicos com a região.

Essa distinção é relevante porque a redução percentual dos Estados Unidos não significa que sua influência tenha sido substituída de maneira linear pela China. O que se observa é o crescimento mais acelerado do comércio chinês e a ampliação da diversidade de parceiros da região. A transformação ocorre por sobreposição: antigos vínculos permanecem, enquanto novas relações ganham centralidade e tornam o espaço latino-americano e caribenho mais disputado.

Tabela 1 – Indicadores de comércio da América Latina e Caribe (2000 e 2023)

Parceiro ou agrupamento	Participação em 2000	Participação em 2023	Volume em 2000	Volume em 2023
China continental	1,60%	16,24%	US$ 11 bilhões	US$ 436 bilhões
Estados Unidos	52,09%	41,84%	US$ 375 bilhões	Mais de US$ 1 trilhão
BRICS+ sem a China	5,47%	6,69%	US$ 39 bilhões	US$ 179 bilhões

Fonte: Elaboração própria. Base de dados: Growth Lab (2026).

Os dados do BRICS+ sem a China ajudam a dimensionar a especificidade desse processo. A participação dos demais integrantes do agrupamento passou de 5,47% em 2000 para 6,69% em 2023, tendo atingido 7,74% em 2010. Embora o volume tenha aumentado de US$ 39 bilhões para US$ 179 bilhões, a participação relativa

apresentou pouca alteração. Portanto, o expressivo crescimento normalmente atribuído ao comércio entre BRICS+ e América Latina e Caribe decorre principalmente da China, e não de uma ação econômica conjunta ou de expansões equivalentes entre os membros do grupo.

No ano de 2023, a China representava aproximadamente 71% do comércio agregado entre o BRICS+ e a América Latina e Caribe. Esse dado demonstra que a utilização do agrupamento como unidade única pode ocultar desigualdades internas e produzir interpretações exageradas sobre sua atuação coletiva. O BRICS+ possui relevância política e institucional, mas a transformação comercial da região foi essencialmente impulsionada pelo país asiático.

A distribuição territorial dessa expansão também é desigual. Na América do Sul, a China adquiriu uma posição muito mais relevante do que no México, na América Central e em parte do Caribe. Em 2023, o país asiático respondia por 25,2% do comércio sul-americano, enquanto sua participação era de apenas 2,43% em 2000. No mesmo ano, o conjunto do BRICS+ alcançava 36,8% do comércio da sub-região, diante de 17,3% dos Estados Unidos. Como cerca de 68% da participação do BRICS+ na América do Sul correspondia somente à China, evidencia-se novamente a centralidade chinesa nessa transformação (GROWTH LAB, 2026).

Brasil, Chile e Peru apresentam relações particularmente intensas com o mercado chinês. Nas seis maiores economias da região, os dados do Banco Mundial (2025) indicam que a China já superava Estados Unidos e União Europeia como destino das exportações desses três países em 2023. Argentina, Colômbia e México, por outro lado, mantinham maior participação combinada dos mercados estadunidense e europeu, sendo o caso mexicano o mais distinto.

O México se integrou profundamente às redes produtivas norte-americanas e exerce a função de plataforma manufatureira vinculada ao mercado dos Estados Unidos. A proximidade geográfica, os acordos econômicos e a organização das cadeias produtivas explicam a permanência de uma relação comercial muito mais concentrada no vizinho do norte. De acordo com a Cepal (2025), aproximadamente 81% das exportações mexicanas de bens tinham os Estados Unidos como destino em 2024, com destaque para os setores automotivo e eletrônico.

Padrão semelhante, embora com intensidades variadas, pode ser observado em países da América Central e Caribe. República Dominicana, Costa Rica, Honduras, Nicarágua e Trinidad e Tobago preservam vínculos comerciais relevantes com os Estados Unidos. A proximidade territorial, as migrações, as remessas, os acordos comerciais e as cadeias produtivas reforçam a centralidade estadunidense. Dessa maneira, não se pode interpretar a América Latina e Caribe como um espaço homogêneo no qual a China substitui progressivamente os Estados Unidos.

Na América do Sul, por sua vez, a disponibilidade de produtos demandados pela economia chinesa favoreceu uma rápida complementaridade comercial. A China encontrou na sub-região grandes fornecedores de minério de ferro, cobre, petróleo, soja e outros produtos agrícolas. Os países sul-americanos, em contrapartida, passaram a importar máquinas, equipamentos eletrônicos, veículos, produtos químicos e uma ampla variedade de bens industrializados.

Essa complementaridade explica parte da velocidade do crescimento, mas também evidencia sua assimetria. A pauta chinesa apresenta maior diversidade e valor agregado, enquanto as exportações sul-americanas permanecem concentradas em recursos naturais e produtos primários. A relação pode produzir saldos comerciais favoráveis e receitas importantes para os países

exportadores, porém não transforma necessariamente suas capacidades produtivas ou tecnológicas.

Com isso, o comércio oferece dois resultados simultâneos. Por um lado, diversifica os mercados externos e reduz a dependência exclusiva dos Estados Unidos e da Europa. Essa ampliação pode melhorar a capacidade de barganha dos governos e diminuir os efeitos de crises concentradas em um único parceiro. Por outro lado, quando a diversificação geográfica ocorre sem mudanças na pauta exportadora, conserva-se uma inserção subordinada na Divisão Internacional do Trabalho.

O crescimento comercial constitui, portanto, uma evidência sólida da presença econômica chinesa e da alteração da geografia dos fluxos regionais. Sua interpretação como influência geopolítica, entretanto, depende das condições produzidas por essa relação. Países que destinam grande parcela de suas exportações à China passam a considerar com maior atenção os interesses do mercado chinês, porque qualquer retração pode afetar receitas, empregos, investimentos e contas públicas. Essa vulnerabilidade cria capacidade potencial de pressão, ainda que não demonstre, de maneira isolada, que Pequim determine as escolhas políticas desses governos.

ESTRUTURA PRODUTIVA, REPRIMARIZAÇÃO E PERMANÊNCIA DA DEPENDÊNCIA

A ampliação das relações comerciais com a China ocorreu em uma região historicamente marcada por uma posição periférica na economia mundial. Desde o período colonial, a América Latina e Caribe foram integradas às redes internacionais como fornecedoras de produtos agrícolas, minerais e energéticos. Embora alguns países

tenham desenvolvido importantes setores industriais ao longo do século XX, as reformas econômicas das décadas finais daquele período, a abertura comercial e as transformações produtivas globais enfraqueceram parte dessas capacidades.

A Teoria da Dependência permite compreender que o subdesenvolvimento regional não representa uma etapa anterior ao desenvolvimento, mas uma condição produzida pela própria expansão desigual do capitalismo. Para Frank (1973), desenvolvimento e subdesenvolvimento formam partes articuladas de um mesmo processo histórico. Marini (2017) também demonstra que a Divisão Internacional do Trabalho condicionou o desenvolvimento latino-americano, estabelecendo relações nas quais a transferência de valor e a superexploração sustentam a reprodução da dependência.

No século XXI, a ascensão chinesa modificou os parceiros e a intensidade dos fluxos, mas não eliminou essa estrutura. A China demandou grandes quantidades de alimentos, energia e minerais para sustentar sua urbanização, sua indústria e o crescimento do mercado interno. A América do Sul apresentava as condições necessárias para atender a essa demanda, expandindo a produção e a exportação de *commodities*. O chamado *boom* dos produtos primários gerou receitas, favoreceu o crescimento econômico e contribuiu para a execução de políticas públicas em diferentes países, mas também aprofundou a especialização exportadora.

Ribeiro (2024) observa que a América Latina permanece marcada por dificuldades de industrialização, modernização tecnológica e diversificação produtiva. Na economia digital contemporânea, essas limitações adquirem novas dimensões. A região não apenas exporta matérias-primas e importa manufaturas, mas também se torna consumidora de tecnologias, plataformas e infraestruturas digitais produzidas no exterior. Estados Unidos e

China concentram parcela significativa das empresas e capacidades tecnológicas que organizam esses mercados.

A análise da complexidade econômica contribui para identificar esse movimento. O índice considera a diversidade e a ubiquidade dos produtos exportados, buscando mensurar os conhecimentos produtivos existentes em uma economia (GROWTH LAB, 2026). Países capazes de produzir bens diversificados e pouco difundidos apresentam maior complexidade, enquanto economias concentradas em produtos comuns e primários tendem a ocupar posições inferiores.

Entre 1995 e 2023, diferentes economias latino-americanas perderam posições no *ranking* de complexidade. O caso brasileiro é particularmente expressivo: o país passou da 29ª colocação, em 1995, para a 93ª em 2023 (GROWTH LAB, 2026). Os dados do *Observatory of Economic Complexity* também indicam redução no índice de Brasil, Argentina, Chile e Peru entre 2000 e 2024, enquanto México e Colômbia apresentaram evolução mais favorável (OEC, 2026).

Não se pode atribuir essa perda exclusivamente à China. A desindustrialização regional resulta de múltiplos fatores, incluindo políticas econômicas internas, abertura comercial, câmbio, taxas de juros, ausência de planejamento industrial, financeirização e mudanças tecnológicas. Entretanto, o crescimento chinês participa desse processo de duas maneiras: intensifica a concorrência sobre as indústrias latino-americanas e amplia a demanda por produtos primários, tornando a especialização em *commodities* economicamente atraente no curto prazo.

O padrão das exportações reforça essa interpretação. A China importa da região principalmente produtos agrícolas, minerais e energéticos. Os Estados Unidos também importam produtos primários, especialmente quando o México é desconsiderado, mas

sua integração com a economia mexicana eleva a participação regional de manufaturas, componentes automotivos e eletrônicos. Essa diferença não torna a relação com os Estados Unidos menos dependente, pois as indústrias maquiladoras também se apoiam em mão de obra de menor custo, em decisões de empresas transnacionais e na importação de tecnologias. Ela demonstra, entretanto, que existem formas distintas de inserção subordinada.

O México adquiriu maior complexidade produtiva ao exercer a função de plataforma manufatureira dos Estados Unidos, mas permanece profundamente vulnerável às decisões econômicas e comerciais do país vizinho. A América do Sul, em contrapartida, aprofundou sua função como fornecedora de recursos para a China. Nos dois casos, a inserção externa produz oportunidades econômicas e, simultaneamente, limitações à autonomia. A dependência não desaparece; ela assume configurações territoriais e produtivas distintas.

A reprimarização também apresenta consequências socioespaciais. O aumento da produção mineral e agropecuária amplia a pressão sobre terras, águas e ecossistemas, incentiva a abertura de novas fronteiras de exploração e intensifica conflitos com populações tradicionais. Grandes projetos podem gerar empregos, infraestrutura e receitas, mas seus benefícios e custos são distribuídos de forma desigual. Desmatamento, contaminação, remoções e concentração fundiária tornam-se parte das contradições geradas pela expansão exportadora.

Além disso, a dependência de poucos produtos deixa as economias expostas às oscilações de preços e às mudanças na demanda chinesa. Uma desaceleração da construção civil, alterações na matriz energética ou decisões de segurança alimentar da China podem produzir efeitos significativos sobre os países exportadores. Quanto maior a concentração em um mercado e em uma quantidade

limitada de mercadorias, menor tende a ser a capacidade de adaptação diante de choques externos.

Katz (2024) apresenta uma leitura crítica dessa aproximação ao considerar que os acordos com a China podem reforçar a subordinação econômica e a primarização latino-americana. O autor não iguala integralmente a atuação chinesa ao imperialismo tradicional, uma vez que reconhece diferenças relacionadas ao menor uso da força militar e à diplomacia pragmática. Contudo, argumenta que a expansão externa chinesa também se orienta pela busca de excedentes, mercados e rentabilidade, não podendo ser compreendida apenas como cooperação solidária entre países do Sul Global.

Essa crítica ajuda a superar duas interpretações simplificadoras. A primeira apresenta a China como uma potência que apenas reproduziria, sem qualquer diferença, as formas de dominação ocidental. A segunda a considera uma parceira naturalmente igualitária em razão de sua trajetória e de sua participação no Sul Global. A realidade se mostra mais contraditória. A China oferece alternativas de comércio, financiamento e infraestrutura e tende a não impor as mesmas condicionalidades políticas associadas às instituições financeiras ocidentais. Entretanto, suas empresas e instituições também procuram garantir mercados, recursos e retornos econômicos, operando no interior das estruturas capitalistas existentes.

Compreende-se, assim, que a diversificação de parceiros não equivale à superação da dependência. Para que a aproximação com a China produza maior autonomia, seria necessário utilizar as receitas comerciais, os investimentos e as cooperações para desenvolver capacidades produtivas, científicas e tecnológicas próprias. Sem políticas nacionais e regionais voltadas à industrialização, à agregação de valor e à transferência tecnológica,

a expansão das relações tende a conservar a posição periférica da América Latina e Caribe.

A INICIATIVA CINTURÃO E ROTA (*BELT AND ROAD INITIATIVE*) E A TERRITORIALIZAÇÃO DA PRESENÇA CHINESA

O comércio estabelece fluxos, mas os projetos de infraestrutura fixam parte das relações econômicas no território. Portos, ferrovias, rodovias, redes elétricas, sistemas de telecomunicações e corredores logísticos reorganizam a circulação e produzem efeitos de longo prazo. Nesse sentido, a Iniciativa Cinturão e Rota representa uma dimensão fundamental da projeção internacional chinesa.

Lançada em 2013 pelo presidente Xi Jinping, a iniciativa busca ampliar a conectividade entre diferentes regiões por meio de investimentos, financiamentos e acordos de cooperação. Inicialmente associada à integração terrestre e marítima da Ásia, Europa e África, ela adquiriu alcance mundial e passou a incorporar a América Latina e Caribe. Pautasso *et al*. (2020) compreendem a iniciativa como parte de uma estratégia capaz de articular infraestrutura, comércio e internacionalização das capacidades produtivas chinesas.

Até 2025, 22 dos 33 países soberanos da América Latina e Caribe haviam aderido à iniciativa, embora o Panamá tenha anunciado sua saída naquele ano (NEDOPIL, 2025). A elevada adesão demonstra o interesse regional em acessar investimentos e projetos capazes de reduzir déficits históricos de infraestrutura. Também evidencia a disposição chinesa de incorporar a região a redes econômicas que ultrapassam seu entorno asiático.

A presença territorial da iniciativa é desigual. A maior parte dos países sul-americanos formalizou sua participação, mas Brasil e Paraguai permaneceram fora por razões distintas. O Brasil, apesar de constituir o maior parceiro econômico da China na região, procurou preservar autonomia na formulação de suas estratégias nacionais e estabelecer sinergias específicas sem aderir formalmente à BRI (GOMES, 2025; GROWTH LAB, 2026). O Paraguai, por sua vez, mantém relações diplomáticas com Taiwan, situação incompatível com o princípio de Uma Só China exigido por Pequim (CARTA CAPITAL, 2025).

Esses casos demonstram que a proximidade econômica não produz automaticamente adesão política. O Brasil recebe investimentos e possui intenso comércio com a China, mas preservou uma posição própria em relação à iniciativa. A decisão brasileira revela que países da região podem selecionar projetos e áreas de cooperação sem aceitar integralmente os marcos propostos por uma potência externa. A capacidade de manter essa autonomia, entretanto, varia conforme as dimensões econômicas, institucionais e diplomáticas de cada Estado.

Para a China, a construção e o financiamento de infraestruturas oferecem diferentes benefícios. As obras podem facilitar o transporte de produtos exportados pela região, reduzir custos logísticos, criar mercados para empresas chinesas e ampliar o uso de equipamentos e padrões tecnológicos do país. Além disso, a participação em setores estratégicos estabelece relações de longo prazo com governos e empresas locais, produzindo canais institucionais que ultrapassam uma operação comercial isolada.

Para os países latino-americanos e caribenhos, a iniciativa pode ampliar o acesso a recursos em um contexto de restrições fiscais e reduzido financiamento por parte de instituições tradicionais. A precariedade dos sistemas de transporte, energia e conectividade constitui um entrave histórico ao desenvolvimento

regional. Projetos bem selecionados podem integrar territórios, reduzir desigualdades espaciais e fortalecer capacidades produtivas.

Todavia, os resultados dependem das condições dos contratos, da escolha das obras e da articulação com estratégias nacionais de desenvolvimento. Infraestruturas desenhadas prioritariamente para transportar produtos primários dos espaços de extração até os portos podem aprofundar a especialização exportadora. Nesses casos, a modernização logística aumenta a eficiência da inserção periférica sem transformar sua natureza. Uma ferrovia ou um porto pode representar avanço técnico e, simultaneamente, reforçar a função territorial de fornecimento de recursos naturais.

Outros riscos envolvem endividamento, impactos ambientais, baixa participação de fornecedores locais e dependência tecnológica. O debate sobre uma suposta "armadilha da dívida" deve ser conduzido com cautela, evitando generalizações que atribuam todos os problemas financeiros às intenções chinesas. Ainda assim, contratos pouco transparentes, projetos sem retorno econômico suficiente ou garantias vinculadas a ativos estratégicos podem reduzir as margens de decisão dos países receptores.

A infraestrutura digital apresenta uma dimensão adicional. Redes de telecomunicações, sistemas de armazenamento de dados, plataformas e equipamentos de vigilância integram a competição tecnológica entre China e Estados Unidos. A adoção de tecnologias chinesas pode oferecer menores custos e acelerar a conectividade, mas também cria dependência de fornecedores, padrões e atualizações externas. Como afirma Ribeiro (2024), a posição regional como consumidora de tecnologias estrangeiras amplia formas contemporâneas de dependência e insere a América Latina e Caribe nas disputas pelo controle dos fluxos informacionais.

A atuação chinesa nesses setores provoca reações dos Estados Unidos, que continuam a considerar a região parte de seu entorno estratégico. Pressões relacionadas à utilização de tecnologias 5G, à administração de portos, ao reconhecimento de Taiwan e à participação na Iniciativa Cinturão e Rota tornam visível a competição entre as duas potências. A decisão do Panamá de se retirar da BRI em 2025, em um contexto de pressões estadunidenses e renovadas tensões em torno do Canal, demonstra que os países da região podem ser submetidos a custos e constrangimentos provenientes dos dois lados da disputa (FOLHA DE S. PAULO, 2025).

Portanto, a BRI representa mais do que uma carteira de obras. Ela territorializa a presença econômica chinesa, conecta empresas e governos e reorganiza redes de circulação. Esses elementos ampliam a capacidade potencial de projeção da China, mas seus efeitos não são predeterminados. A mesma iniciativa pode financiar infraestruturas necessárias ao desenvolvimento, reforçar corredores extrativos ou produzir combinações distintas desses resultados, conforme as escolhas políticas e as correlações de forças existentes em cada país.

ENTRE A DIVERSIFICAÇÃO E NOVAS FORMAS DE DEPENDÊNCIA

A expansão chinesa produziu uma alteração concreta nas relações externas da América Latina e Caribe. A região passou a contar com um mercado de grandes dimensões, novas fontes de financiamento e alternativas de cooperação. Para países historicamente submetidos à predominância dos Estados Unidos, essa diversificação pode ampliar margens de manobra e reduzir a capacidade de uma única potência impor condições.

Os governos latino-americanos também utilizam a competição entre China e Estados Unidos para negociar investimentos, obter acesso a mercados e reforçar posições diplomáticas. Essa prática não constitui apenas uma reação às estratégias externas, mas uma forma de agência. Países periféricos e semiperiféricos podem explorar as divergências entre potências para aumentar sua autonomia relativa, ainda que não consigam eliminar as assimetrias estruturais.

Entretanto, a autonomia obtida pela multiplicação de parceiros pode ser limitada quando novas relações reproduzem o mesmo padrão de especialização. A substituição de um mercado por outro não modifica, por si só, as capacidades de produção, inovação e financiamento. Se a região permanece exportadora de matérias-primas e importadora de manufaturas e tecnologias, ocorre uma reorientação da dependência, e não sua superação.

Essa situação torna-se particularmente clara na América do Sul. A China reduziu relativamente a centralidade comercial dos Estados Unidos e passou a ocupar posições de destaque em diferentes economias. Todavia, o crescimento dos fluxos foi acompanhado pela concentração em produtos primários e pela perda de complexidade de parte das maiores economias regionais. A diversificação geográfica convive, portanto, com uma redução da diversidade produtiva.

Além disso, a China não exerce o mesmo papel em todas as dimensões. Os Estados Unidos ainda possuem grande influência financeira, militar, cultural e institucional na região. O dólar permanece central nas transações e reservas; empresas estadunidenses dominam diferentes setores tecnológicos; acordos militares e redes diplomáticas preservam vínculos históricos. A ampliação da presença chinesa não apaga essas estruturas, mas adiciona um novo polo de relacionamento e disputa.

Essa sobreposição torna insuficiente qualquer interpretação baseada em uma simples substituição hegemônica. A América Latina e Caribe encontram-se diante de uma configuração na qual diferentes potências exercem capacidades distintas. A China adquire crescente centralidade comercial, produtiva e infraestrutural; os Estados Unidos mantêm predominância em outros campos e conservam forte integração com México, América Central e Caribe. União Europeia, Índia, Rússia e potências regionais também participam dessas relações, embora com menor peso.

Nesse cenário, a influência chinesa deve ser examinada por casos e mecanismos específicos. A concentração comercial pode levar governos a evitar decisões que ameacem suas exportações, mas esse comportamento precisa ser demonstrado. A adesão à BRI pode aproximar diplomaticamente um país da China, mas também pode resultar de uma avaliação pragmática sobre infraestrutura. A ruptura de relações com Taiwan pode decorrer de expectativas econômicas, de mudanças políticas internas ou da combinação entre diferentes fatores.

Da mesma maneira, relações próximas com a China não produzem alinhamento integral. Países latino-americanos podem cooperar economicamente com Pequim e manter vínculos militares ou políticos com Washington. Podem aderir a iniciativas chinesas em determinados setores e resistir em outros. Essa seletividade demonstra que a influência opera dentro de limites e encontra Estados que, apesar de suas vulnerabilidades, possuem interesses e estratégias próprias.

O BRICS+ integra esse contexto, mas deve permanecer em posição secundária na explicação. A participação da China no agrupamento fortalece sua imagem como potência articulada ao Sul Global e amplia espaços de cooperação diplomática. Contudo, os fluxos de comércio, os investimentos bilaterais e a Iniciativa Cinturão e Rota não podem ser atribuídos ao grupo. A distinção evita

transformar a projeção nacional chinesa em uma política coletiva inexistente e permite avaliar com maior precisão os diferentes níveis de atuação.

Sob a Análise do Sistema-Mundo, a China pode ser compreendida como potência que alcançou funções centrais e que amplia sua presença sobre regiões periféricas. Sua atuação contribui para uma ordem menos concentrada no Ocidente, mas não rompe automaticamente com as relações desiguais do capitalismo. Como aponta Katz (2024), a expansão chinesa apresenta diferenças diante do imperialismo tradicional, particularmente quanto à menor utilização de intervenções militares, porém continua orientada por interesses nacionais, comerciais e financeiros.

Assim, a questão central não consiste em classificar a China apenas como ameaça ou oportunidade. Essa oposição reduz a complexidade do fenômeno e retira dos países latino-americanos a responsabilidade sobre suas próprias estratégias. Os efeitos da presença chinesa dependem da capacidade regional de estabelecer contrapartidas, exigir transferência tecnológica, proteger populações e ecossistemas, selecionar infraestruturas e utilizar as receitas das exportações para diversificar a produção.

Sem coordenação regional, cada país negocia isoladamente com uma potência dotada de capacidade econômica muito superior. Essa fragmentação diminui o poder de barganha e favorece acordos orientados por necessidades imediatas. Uma atuação conjunta da América Latina e Caribe poderia melhorar as condições de financiamento, harmonizar exigências socioambientais e articular os projetos de infraestrutura a objetivos regionais de integração e desenvolvimento.

O fortalecimento da autonomia exige, portanto, políticas internas e articulação regional. A presença chinesa pode oferecer meios para financiar parte dessas transformações, mas não substitui

projetos nacionais de desenvolvimento. Nenhuma potência externa possui como objetivo central superar a dependência latino-americana. Essa tarefa depende das escolhas dos próprios países, de suas instituições e da capacidade de converter relações externas em instrumentos de industrialização, inovação e melhoria social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presença econômica da China na América Latina e Caribe constitui uma das transformações mais relevantes da geopolítica regional no século XXI. Em pouco mais de duas décadas, o país asiático passou de parceiro comercial secundário a um dos principais destinos e origens dos fluxos de diferentes economias. Sua participação no comércio regional aumentou para 16,24% em 2023. Na América do Sul, essa centralidade se mostra ainda mais expressiva, com a China respondendo por 25,2% do comércio sub-regional em 2023.

Os dados demonstram também que essa expansão é fundamentalmente chinesa. O crescimento dos demais membros do BRICS+ apresentou dimensão muito menor, e sua participação relativa no comércio da região pouco se alterou quando a China é excluída. Dessa forma, a aproximação econômica não deve ser interpretada como resultado de uma estratégia comercial coordenada do agrupamento. O BRICS+ compõe o contexto político de fortalecimento das potências emergentes, mas a presença analisada neste capítulo deriva principalmente da atuação nacional chinesa.

A China contribuiu para diversificar as relações externas latino-americanas e reduzir relativamente a centralidade econômica dos Estados Unidos, sobretudo na América do Sul. Essa transformação amplia mercados, fontes de financiamento e

possibilidades de cooperação, além de permitir que os governos utilizem a competição entre potências para aumentar suas margens de negociação. Entretanto, os Estados Unidos preservam forte predominância no México, na América Central e no Caribe e continuam a exercer amplo poder financeiro, tecnológico, diplomático e militar sobre a região.

Também se constatou que o crescimento das relações com a China não produziu uma ruptura estrutural da dependência. O padrão comercial permanece concentrado na exportação de produtos primários e na importação de manufaturas e tecnologias. A expansão da demanda chinesa contribuiu para o crescimento econômico e para a geração de receitas, mas acompanhou a reprimarização e a redução da complexidade de parte das economias sul-americanas. Mudaram-se os destinos dos fluxos, enquanto aspectos centrais da inserção periférica foram preservados.

A Iniciativa Cinturão e Rota aprofunda essas contradições. Seus projetos podem reduzir déficits de infraestrutura e ampliar a conectividade, mas também podem reforçar corredores voltados ao extrativismo, criar dependências financeiras e tecnológicas e produzir impactos socioambientais. Os resultados não decorrem apenas das intenções chinesas; dependem da qualidade dos projetos, dos contratos estabelecidos e da capacidade dos governos latino-americanos de articulá-los a estratégias nacionais e regionais de desenvolvimento.

Com isso, compreende-se a presença econômica como uma base material da projeção geopolítica chinesa. Comércio, investimentos e infraestrutura criam relações duradouras e podem produzir recursos de barganha, especialmente quando os vínculos se tornam concentrados e pouco substituíveis. Todavia, a influência política efetiva somente pode ser afirmada quando essa capacidade se manifesta em decisões governamentais ou alinhamentos

concretos. A expansão econômica amplia a possibilidade de influência, mas não determina seus resultados.

Por fim, a aproximação com a China não deve ser reduzida a uma escolha entre dependência e isolamento. Ela pode contribuir para uma inserção internacional mais diversificada, desde que os países da região sejam capazes de utilizar os vínculos externos para fortalecer suas próprias capacidades produtivas, tecnológicas e políticas. Sem esse movimento, a multipolaridade poderá apenas distribuir entre novas potências as vantagens de uma estrutura mundial que continua reservando à América Latina e Caribe uma posição subordinada.

REFERÊNCIAS

ARRIGHI, G. **Adam Smith em Pequim**: origens e fundamentos do século XXI. São Paulo: Editora Boitempo, 2008.

ARRIGHI, G. **O longo século XX**: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo. São Paulo: Editora da UNESP, 1996.

BANCO MUNDIAL. **Relatório Econômico da América Latina e o Caribe**. Washington: Banco Mundial, 2025. Disponível em: <www.worldbank.org>. Acesso em: 15/04/2026.

CARTA CAPITAL. “A condição da China para destravar relações com o Paraguai”. **Carta Capital** [2025]. Disponível em: <www.cartacapital.com.br>. Acesso em: 20/05/2026.

CEPAL – Comissão Econômica Para a América Latina e o Caribe. **Perspectivas del comercio internacional de América Latina y el**

Caribe 2025. Santiago: CEPAL, 2025. Disponível em: <www.cepal.org>. Acesso em: 22/05/2026.

FIORI, J. L. "O poder global e a nova geopolítica das nações". **Crítica y Emancipación**, n. 2, 2009.

FOLHA DE S. PAULO. "EUA dizem se opor a projetos chineses da Rota da Seda na América Latina". **Folha de S. Paulo** [2025]. Disponível em: <www.folha.uol.com.br>. Acesso em: 17/05/2026.

FRANK, A. G. "Desenvolvimento do subdesenvolvimento latino-americano". *In*: PEREIRA, L. (org.). **Urbanização e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1973.

GOMES, P. H. "Entenda o que é a Nova Rota da Seda e por que o governo brasileiro evita aderir formalmente ao projeto". **G1** [2025]. Disponível em: <www.g1.globo.com>. Acesso em: 20/05/2026.

GROWTH LAB. **The Atlas of Economic Complexity**. Cambridge: Harvard University, 2026. Disponível em: <www.atlas.hks.harvard.edu>. Acesso em: 24/02/2026.

KATZ, C. **América Latina na encruzilhada global**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2024.

MARINI, R. M. "Dialética da dependência". **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, vol. 9, n. 3, 2017.

MATHIAS, M. "Para pensar a América Latina: poder e hegemonia nas relações internacionais". **Revista Espaço Acadêmico**, n. 175, 2015.

NEDOPIL, C. **Countries of the Belt and Road Initiative**. Shanghai: Green Finance and Development Center, 2025.

OEC – Observatory Of Economic Complexity. “The Observatory of Economic Complexity”. **OEC** [2026]. Disponível em: <www.oec.world>. Acesso em: 15/05/2026.

PAGOT, R.; JARDIM, R. B. “Os BRICS frente aos Estados Unidos após a Crise Financeira de 2008: alternativa a uma hegemonia declinante?” **Textos de Economia**, vol. 17, n. 2, 2014.

PAUTASSO, D. *et al*. “A iniciativa do Cinturão e Rota e os dilemas da América Latina”. **Revista Tempo do Mundo**, n. 24, 2020.

RIBEIRO, V. L. “América Latina: desenvolvimento, dependência e o papel do capital chinês”. **Economia e Sociedade**, vol. 33, n. 3, 2024.

WALLERSTEIN, I. **Análisis de sistemas-mundo**: una introducción. México: Siglo XXI, 2005.

WALLERSTEIN, I. **O declínio do poder americano**. Rio de Janeiro: Editora Contraponto, 2004.